Queiroz : Lautenschläger Advogados

Rua Pamplona, 145, 2° andar / São Paulo / SP / O14O5-9OO

Maracanaú - CE, 12 de agosto de 2025.

Ao

PROCON MUNICIPAL DE MARACANAÚ

Ref.: ESCLARECIMENTOS

RESPOSTA À NOTIFICAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO 2507056400100045301

MERCANTIL S.A.), instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.858.774/0001-10, por seu advogado infra-assinado, vem, responder e se defender à notificação referente ao processo nº 2507056400100045301 nos seguintes termos.

I. DOS ESCLARECIMENTOS ACERCA DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO.

Alega a consumidora **ANTONIA ALVES DE LIMA SILVA** que requer maiores esclarecimentos quanto a débito junto à RECLAMADA.

Outrossim, conforme será demonstrado a seguir, o presente processo deve ser arquivado, pois em momento algum a RECLAMADA agiu em desconformidade com a Lei.

Em atenção à manifestação da consumidora, que relata ter identificado despesas em sua fatura que não reconhece, esclarecemos o seguinte:

Inicialmente, é importante informar que o cartão de crédito atua apenas como meio de pagamento para transações de aquisição de produtos e serviços em estabelecimentos credenciados.

Na qualidade de emissor, esta instituição não possui autonomia para cancelar transações diretamente. Sendo assim, o Banco BV precisa iniciar um processo de disputa junto à bandeira do cartão, que é a única entidade com autoridade para avaliar a

Queiroz Lautenschläger Advogados

contestação, entrar em contato com o estabelecimento comercial e verificar as alegações apresentadas. Esse processo está sujeito a prazos e condições estabelecidos nas Condições Gerais do Cartão, disponíveis em: https://www.bv.com.br/cartao.

Conforme item 5.3 das Condições Gerais, é responsabilidade do cliente conferir os lançamentos da fatura e, em caso de divergência, entrar em contato com o BV por meio dos canais de atendimento disponíveis, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de vencimento da fatura.

Diante da manifestação da consumidora, informamos que a solicitação está em análise de disputa. O prazo para conclusão é de até 120 dias, podendo ou não resultar na devolução dos valores contestados. Ressalta-se que o estabelecimento pode apresentar contraprovas, o que caracteriza a reapresentação da transação.

Sobre os parcelamentos automáticos/compulsórios, identificamos que, devido ao pagamento parcial do saldo da fatura, foi gerado o parcelamento correspondente. A RECLAMADA realizou uma reanálise dos ajustes e parcelamentos aderidos, e identificou o ocorrido.

Dessa forma, irá providenciar a aceleração dos parcelamentos e os ajustes necessários no prazo de até 10 dias úteis. As correções poderão ser visualizadas na fatura com vencimento em setembro de 2025.

Orienta-se que a consumidora realize o pagamento das despesas correspondentes à fatura de **agosto de 2025**, a fim de evitar encargos e juros por atraso. Após a conclusão dos ajustes, o saldo devedor será atualizado e deverá ser quitado. Os valores exatos estarão disponíveis após o encerramento do prazo mencionado.

Por fim, solicitamos, por gentileza, que conste em ATA prazo para a RECLAMADA apresentar manifestação, a fim de complementação do caso com a conclusão da análise.

II. CONCLUSÃO

Queiroz : Lautenschläger Advogados

Diante de tudo o quanto acima exposto, resta claro que não há qualquer sentido na manutenção do presente processo administrativo. Portanto, seja qual for o ângulo de análise tomado para a solução do presente processo, emerge claro o equívoco cometido por esta Administração e os motivos pelos quais a RECLAMADA requer:

a) Seja ARQUIVADA a presente reclamação mediante o PROCON, e cadastrada como "Reclamação Atendida", uma vez que a RECLAMADA não há quaisquer indícios de ilicitude por parte desta.

Outrossim, requer que todas as intimações sejam feitas diretamente à empresa BANCO BV S.A. (atual denominação da BV LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.), instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, parte, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.858.774/0001-10, e, se possível, que todas as comunicações sejam feitas via Correio.

MARÍCIA LONGO BRUNER OAB/SP nº 231.113